

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública	
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI	
Disciplina: Administração Pública e Governança	Código: 1ADMPUB
Carga horária: 72	Período letivo: 2023/2
Professor: BRUNA DEVENS FRAGA	Contato: bruna.fraga@udesc.br

Ementa

Administração Pública: conceito, fundamentos e trajetória histórica. A esfera pública e a produção do bem público. A importância da cidadania e da democracia para a administração pública. As diversas estratégias para a produção do bem público: a burocracia pública, o mercado e as suas organizações, a coprodução em rede com a participação da comunidade e do cidadão. Os principais modelos de administração pública. A definição do interesse público. Governança pública: contexto histórico em que foi desenvolvida. Conceitos de governança pública. Principais teorias sobre governança pública. Governança pública e os modelos de administração pública. Governança como uma rede difusa que produz os serviços públicos. A governança e os tipos de coprodução do bem público. A coordenação governamental dos processos de governança pública. Políticas, participação política e governança pública.

Objetivo geral

Discutir os fundamentos e trajetória histórica da administração pública, e a nova visão de administração pública: a governança em seus múltiplos aspectos, principalmente aqueles que se referem à esfera pública e à produção do bem público, bem como, compreender como se processa a governança pública municipal.

Objetivo específico

- Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes nos acadêmicos para que sejam profissionais em administração pública capazes de exercer a governança pública, principalmente, em instituições municipais e regionais, voltadas para o interesse público e o desenvolvimento regional com sustentabilidade.
- Estimular a formação de um profissional e cidadão crítico, capaz de refletir e assumir posições próprias em benefício da coletividade, a partir de valores éticos, tanto aqueles relacionados com a responsabilidade e a legalidade quanto os lastreados nas convicções.
- Conscientizar o acadêmico do curso de que o administrador público serve ao cidadão enquanto dirige organizações.

Conteúdo programático

Unidade 1 - Construtos introdutórios na Administração Pública

- 1.1. O colapso do velho paradigma e os dias atuais
- 1.2. Estado, Governo, Administração e Gestão Pública
- 1.3. Conceituando as Organizações e os três setores na esfera pública

Unidade 2 - Trajetória histórica

- 2.1. Linha do tempo da evolução da administração pública brasileira e do papel do administrador público

Unidade 3 - Funções administrativas da gestão pública

- 3.1. Planejamento
- 3.2. Organização
- 3.3. Direção
- 3.4. Controle

Plano de Ensino

Unidade 4 - Grandes áreas da Administração Pública

- 4.1. Finanças
- 4.2. Recursos Humanos
- 4.3. Marketing
- 4.4. Materiais
- 4.5. Processos e Informações

Metodologia

Serão utilizadas aulas expositivo-dialogadas, debates, estudos de caso, exercícios, oficina, dinâmicas de grupo, leituras de textos/livros indicados, seminários.

A estratégia pedagógica a ser adotada nesta disciplina é baseada na Flipped classroom (Sala de aula invertida). No ensino tradicional a sala de aula serve para o professor transmitir informação para os(as) aluno(as) que, após as aulas, devem estudar e serem avaliados(as). Nesta nova abordagem, os(as) aluno(as) estudam antes das aulas e a sala de aula se torna um lugar de aprendizagem ativa, onde há perguntas, discussões e atividades práticas.

Sistema de avaliação

- I. Prova 1- terá questões objetivas e discursivas, será individual e sem consulta, versando sobre o conteúdo discutido até a aula anterior ao dia da prova (valerá 25% da nota)
- II. Prova 2 - terá questões objetivas e discursivas, será individual e sem consulta, versando sobre o conteúdo discutido até a aula anterior ao dia da prova (valerá 25% da nota)
- III. Diário do administrador público - ver orientações específicas em documento disponibilizado pela professora (valerá 10% da nota)
- IV. Trabalho final - ver orientações específicas em documento disponibilizado pela professora (valerá 15% da nota)
- V. Seminários em sala - poderão ter os seguintes formatos: estudos de casos práticos, análise de artigos científicos ou revistas especializadas, análise de vídeos e músicas e papers. (valerá 15% da nota)
- VI - Atividades realizadas em sala de aula e participação - como construção da linha do tempo e discussão de textos e seminários dos colegas. Tais exercícios poderão ser individuais ou em grupos, extra ou intra-classe, ou ainda utilizando os recursos do Moodle (valerão 10% da nota)

Bibliografia básica

Básica

- DENHARDT, Robert B. Teorias da administração pública. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- HARMAN, Willis; HORMANN, John. O Colapso do Velho Paradigma. In: O novo paradigma nos negócios: estratégias emergentes para liderança e mudança organizacional. São Paulo: Cultrix, 1996.
- HEIDEMANN, Francisco Gabriel; SALM, José Francisco; GUIMARÃES, Tomás de Aquino. Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. 2. ed. Brasília, DF: Ed. UnB, 2012.
- MATIAS-PEREIRA, José. Governança no setor público. São Paulo: Atlas, 2010. 266 p.
- MENEGASSO, M. E. Delimitação dos Sistemas Sociais. Texto para fins didáticos, 2005.
- _____. Conceituando as organizações. Texto para fins didáticos, março de 2008.
- NETTO, M. L., SALM, V. M., BURIGO, V. A Coprodução dos Serviços Públicos: Modelos e modos de gestão. Revista de Ciências da Administração. V. 16, n. 39, p. 164-178, agosto 2014.
- NICOLLINI, A., FISCHER, Tânia. Trajetória e tendências do Ensino de Administração Pública no Brasil: a Hora e a Vez do Dirigente Público. In: XXXI ENANPAD, Rio de Janeiro, 2007.
- PROPIUCK, M. Políticas Públicas e fundamentos da Administração Pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária. São Paulo: Atlas, 2013.
- RONCONI, Luciana. Governança pública: um desafio à democracia, emancipação. Ponta Grossa, 11(1):21-34, 2011.
- SALM, José Francisco. MENEGASSO, Maria Ester. A Base epistemológica da Ação Administrativa nas Organizações Substantivas e a Formação do Gestor Social IN Gestão Social e Gestão Pública: Interfaces e Delimitações, ENAPEGS 2010.

Plano de Ensino

Bibliografia complementar

ANDRADE, Rui Otávio B. e AMBONI, Nério. Estratégias de Gestão: processos e funções do administrador. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

KEINERT, Tânia, M. M. Administração pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.

KISSLER, L; HEIDEMANN, F. G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, vol.40 no.3 mai/jun, 2006.

KLEIN JR, SALM, J. F., HEIDEMANN, F. G., MENEGASSO, M.E. Participação e coprodução em política habitacional. RAP - Rio de Janeiro 46(1):25-48. Jan/Fev, 2012.

OSBOURNE et al. A New theory for Public Management? Toward a (Public) Service-Dominant approach. The American Review of public Administration. Fev, 2013.

RAMOS, Alberto G. A Nova Ciência das Organizações. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1981.

SALM, J.F., MENEGASSO, M.E. Proposta de Modelos para a coprodução do Bem Público a partir das Tipologias de Participação. XXIC ENANPAD, Rio de Janeiro, 2010.

SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. RAP - Rio de Janeiro 43, v.43, p. 347-369, Mar/Abr, 2009.

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:

- I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
- II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
- III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública	
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI	
Disciplina: Ciência Política e Democracia	Código: 3CIENPO
Carga horária: 72	Período letivo: 2023/2
Professor: POMPILIO LOCKS FILHO	Contato: lockspompilio@gmail.com

Ementa

A política, conceito clássico e moderno. Os pensadores clássicos gregos. A democracia e as suas diferentes formas. A participação como essência da democracia. A comunidade. A influência de Machiavel. As formas de governo. O estado e a sociedade como fenômenos modernos. Os partidos políticos. Os regimes políticos. A representação. A dominação, poder e legitimidade. O modelo liberal do estado. O Welfare State e a transformação do liberalismo. O retorno à comunidade e a importância política da governança pública. As manifestações em prol da democracia e os movimentos sociais. O futuro da democracia.

Objetivo geral

Refletir sobre os principais conceitos e debates acadêmicos da Ciência Política em interface com a Administração Pública.

Objetivo específico

1. Contextualizar o estudo da política, o campo da ciência política e os autores clássicos
2. Discutir a formação do Estado moderno e analisar as variações em sua formação
3. Compreender as diferentes concepções do conceito de democracia
4. Discutir a relação entre democracia, participação política, movimentos sociais e cidadania.

Conteúdo programático

- 1.1 Conceitos básicos de Ciência Política
- 1.2 Pensamento político clássico e moderno.
- 1.3 Origem e formação do Estado moderno.
- 1.4 Ideologias contemporâneas: esquerda e direita
- 2.1 Formas de Estado, Regimes políticos e Sistemas de Governo.
- 2.2 As diferentes concepções de democracia: participação, representação, deliberação
- 2.3 Sistemas eleitorais, partidos políticos e grupos de interesse
- 2.4 Welfare State e o futuro da democracia

Metodologia

Todo o material necessário para o acompanhamento da disciplina será disponibilizado pelo professor via Moodle, não necessitando, assim, a necessidade de os alunos terem os mesmos na forma física. No desenvolvimento da programação, utilizaremos uma combinação de técnicas de ensino, enfatizando a participação dos alunos:

- Aulas expositivas e dialogadas.
- Leitura dirigida de material bibliográfico designado previamente.
- Análise de materiais audiovisuais.
- Discussão e leitura de fontes contemporâneas (entrevistas e notícias).
- Seminários, trabalhos individuais e em grupos.

Plano de Ensino

- Exercícios de fixação.
Para atendimento individual, marcar horário por meio do e-mail indicado

Sistema de avaliação

A composição da nota final e as avaliações serão feitas através dos seguintes procedimentos:

- 50% = Duas avaliações de aprendizagem (25% da nota total cada)
- 40% = Revisão Bibliográfica (10% entrega das versões preliminares; 30% versão final)
- 10% = Atividades desenvolvidas em horário de aula

Bibliografia básica

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
BONAVIDES, Paulo. Ciência política. Rio de Janeiro: Forense, 1976.
DAHL, Robert A. Sobre a democracia. Brasília: UnB, 2001.
FINLEY, Moses. Política. In: FINLEY, Moses (Org.). O legado da Grécia: uma nova avaliação. Brasília: UNB, 1998.

Bibliografia complementar

BIROLI, Flavia. Teorias Feministas Da Política, Empiria E Normatividade. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. Lua Nova, 2017 (102), p. 173-210, set. 2017.
BOBBIO, N (org.). Dicionário de Política. Brasília: Ed. UNB, 1998.
BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
BOBBIO, Norberto. Esquerda e direita: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.
CUNNINGHAM, Frank. Teorias da democracia. Porto Alegre, Artes Médicas, 2009.
DALLARI, Dalmo de Abreu. O que é participação política. São Paulo: Brasiliense, 1984.
DAHL, Robert. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: Editora da USP, 1997.
DARNTON, Robert; DUHAMEL, Olivier. Democracia. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. Revista Estudos Feministas, v. 15, n. Rev. Estud. Fem., 2007 15(2), p. 291-308, maio 2007.
LEO MAAR, Wolfgang. O que é política. São Paulo: Brasiliense, 2004.
MERQUIOR, J. G. O liberalismo: Antigo e Moderno. São Paulo: Editora Realizações, 2011.
NICOLAU, J. Sistemas Eleitorais. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
PATEMAN, Carole. Participação e Teoria democrática. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
PATEMAN, Carole. O contrato sexual. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
SELL, Carlos Eduardo. Introdução à Sociologia Política: Sociedade e Política na Segunda Modernidade. Petrópolis: Vozes, 2006.
TEIXEIRA, M. A. Estado, Governo e Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1992.
WEFFORT, Francisco. Os clássicos da política. Vol I e II. São Paulo: Ática, 2003.
YOUNG, Iris. Marion. Representação política, identidade e minorias. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. Lua Nova, 2006 (67), p. 139-190,

Plano de Ensino

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:

I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;

II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);

III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública	
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI	
Disciplina: Direito Administrativo	Código: 3DIRADM
Carga horária: 72	Período letivo: 2023/2
Professor: VANESSA BUSSOLO BRAND	Contato:

Ementa

Direito Administrativo: conceito, fundamentos, princípios da administração pública; processo administrativo. Evolução do Direito Administrativo. Poderes e deveres do administrador público. Regime jurídico administrativo. Atos administrativos. Procedimentos administrativos. Responsabilidade civil da administração pública. Crimes contra a administração pública.

Objetivo geral

Prover conhecimentos relacionados ao direito administrativo para as atividades desenvolvidas pelo Poder Público.

Objetivo específico

Examinar a estrutura jurídica da Administração Pública brasileira.
Identificar os princípios e poderes da Administração Pública.
Estudar a teoria dos atos administrativos, contextualizando-a com o cotidiano da gestão pública.
Examinar os elementos fundamentais do processo administrativo.
Identificar os elementos da responsabilidade civil do Estado.
Analisar os crimes contra a Administração Pública.

Conteúdo programático

Unidade I - Direito Administrativo. Aspectos Preliminares.

Unidade II - Organização Administrativa.

Unidade III - Regime jurídico-administrativo.

Unidade IV - Atos administrativos.

Unidade V - Poderes e deveres do administrador público.

Unidade VI - Processo administrativo.

Unidade VII - Responsabilidade civil do Estado.

Plano de Ensino

Unidade VIII - Crimes contra a Administração Pública.

Metodologia

Aulas expositivas dialogadas, desenvolvidas a partir da legislação, doutrina e jurisprudência. Realização de exercícios e debates sobre temas de maior interesse a partir de textos e estudos de caso previamente indicados.

Sistema de avaliação

N1 - 50% - Avaliação contendo questões objetivas e/ou discursivas (10,0 pontos).

N2 - 50% - Avaliação contendo questões objetivas e/ou discursivas (10 pontos).

A média do semestre será composta pela média simples entre a N1 e a N2.

OBS: O processo de realização de provas de segunda chamada e/ou exames finais será realizado de acordo com o regulamentado pela UDESC.

Bibliografia básica

Legislação brasileira disponível em: [/www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br).

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. Curso de direito administrativo. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 23. ed. São Paulo, Atlas, 2010.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes; ALEIXO, Délcio Balestero; BURLE FILHO, José Emmanuel. Direito administrativo brasileiro. 41. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2015.

Bibliografia complementar

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. Curso de Direito Administrativo. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 1995.

CRETELLA JÚNIOR, José. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Forense, 1992.

CRETELLA JÚNIOR, José. O desvio de poder na administração pública. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

FREITAS, Juarez. Direito fundamental à boa administração pública. 3. ed., refund. e aum. São Paulo: Malheiros, 2014.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2005.

MARQUES, Mauro Campbell (Coord.). Improbidade administrativa: temas atuais e controvertidos. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

MEDEIROS, Isaac Kofi. Ativismo judicial e princípio da deferência à administração pública. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2002.

ZIMMER JÚNIOR, Aloíso. Corrupção e improbidade administrativa: cenários de risco e a responsabilização dos agentes públicos municipais. São Paulo: Thomson Reuters, 2018.

Plano de Ensino

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:

I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;

II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);

III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública	
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI	
Disciplina: Direito Constitucional	Código: 1DIRCON
Carga horária: 72	Período letivo: 2023/2
Professor: VANESSA BUSSOLO BRAND	Contato:

Ementa

Teoria Geral do Direito. Constituição como um sistema de princípios e normas. O Direito Constitucional: conceito e espécies de constituição, princípios fundamentais, direitos e garantias fundamentais, organização do Estado. Evolução e características das Constituições Brasileiras. A Constituição de 1988: origem, tipologia e comparação com as demais Constituições Brasileiras.

Objetivo geral

Compreender o sistema jurídico constitucional, habilitando-se para a interpretação e aplicação do Direito.

Objetivo específico

- Estudar noções elementares de Direito.
- Examinar a aplicação das normas jurídicas e conectá-las com as atividades desenvolvidas pela Administração Pública, por organizações da sociedade civil e pelos particulares junto ao setor público.
- Conhecer e compreender conceitos, princípios, mecanismos de interpretação, relativos ao Direito Constitucional, em especial, os Direitos e Garantias Fundamentais e a Organização do Estado e dos Poderes.

Conteúdo programático

Unidade I - Teoria Geral do Direito.
1.1 Noções introdutórias. Norma Jurídica. Fontes do Direito.
1.2 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Unidade II - Direito Constitucional e Constituição.

Unidade III - Classificações das constituições.

Unidade IV - Evolução e características das Constituições Brasileiras.

Unidade V - Princípios, Direitos e Garantias Fundamentais.

Unidade VI - Organização do Estado e dos Poderes.

Plano de Ensino

Metodologia

Aulas expositivas dialogadas, desenvolvidas a partir da legislação, doutrina e jurisprudência. Realização de exercícios e debates sobre temas de maior interesse a partir de textos e estudos de caso previamente indicados.

Sistema de avaliação

N1 - 50% - Avaliação contendo questões objetivas e/ou discursivas (10 pontos).

N2 - 50% - Avaliação contendo questões objetivas e/ou discursivas (10 pontos).

A média do semestre será composta pela média simples entre a N1 e a N2.

OBS: O processo de realização de provas de segunda chamada e/ou exames finais será realizado de acordo com o regulamentado pela UDESC.

Bibliografia básica

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 22.ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 14. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de direito constitucional. Colaboração de Inocêncio Mátiros Coelho. 5.ed.rev.atual. São Paulo - SP: Saraiva, 2010

Bibliografia complementar

CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito Constitucional Público, Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

DALLARI, Dalmo Abreu. Elementos da Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 1989.

DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Saraiva, 2005.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 25. rev. atual. ampl. São Paulo: Atlas, 2010.

TEMER, Michel. Elementos de Direito Constitucional. 18a ed. rev. amp., São Paulo: Malheiros, 2002.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Revista dos Tribunais/Malheiros Editores, 2002.

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:

I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;

II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);

III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública	
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI	
Disciplina: Economia Brasileira	Código: 5ECOBRA
Carga horária: 72	Período letivo: 2023/2
Professor: ADILSON GIOVANINI	Contato: adilson.giovanini@udesc.br

Ementa

A economia brasileira no início do século XX: modelo exportador, agropastoril e mineral. A economia brasileira e o processo de industrialização. Processo de substituição de importações. Crescimento com endividamento externo e inflação. A renegociação da dívida externa. Os diversos planos de combate à inflação A experiência do Real. As políticas sociais no governo Lula. A econômica brasileira no século 21.

Objetivo geral

Compreender o processo de formação e a estrutura atual do sistema econômico brasileiro

Objetivo específico

- Aprofundar os conhecimentos sobre os principais aspectos estruturais e conjunturais da economia brasileira, com o estudo da formação socioeconômica do país, com ênfase nas questões que dizem respeito ao desenvolvimento econômico.
- Possibilitar ao aluno conhecimento mais aprofundado da economia brasileira em seu processo histórico, dando-lhe elementos para compreender melhor a realidade brasileira atual.
- Discutir o processo de mudança estrutural do Brasil, especialmente no período pós 1980, dando ênfase nos processos econômicos estruturais e conjunturais e em momentos políticos determinantes da sociedade brasileira.
- Ao final do Curso o participante deve expressar domínio sobre os marcos estruturais da economia brasileira, sua evolução histórica e recente, localizando seus principais problemas e as diversas interpretações analíticas e propostas de política econômica.

Conteúdo programático

UNIDADES DE ENSINO

1. FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL:

- 1.1 A economia brasileira no início do século XX: modelo exportador, agropastoril e mineral
- 1.2 A teoria dos choques adversos
- 1.3 Industrialização liderada pelas exportações e capitalismo tardio
- 1.4 teoria da dependência
- 1.5 Processo de substituição de importações

2. A ECONOMIA BRASILEIRA, AUGE E DECLÍNIO

- 2.1 Plano de metas e as reformas da década de 1960
- 2.2 O milagre econômico;
- 2.3 O II PND;
- 2.4 A década perdida

3. O FANTASMA DA INFLAÇÃO

- 3.1 As diferentes interpretações da inflação brasileira
- 3.2 Os diversos planos de combate à inflação: o plano color
- 3.3 Os diversos planos de combate à inflação: planos Bresser, Verão e Collor.
- 3.4 A experiência do Real

Plano de Ensino

4. DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
4.1 As políticas sociais no governo Lula
4.2 A crise econômica atual

Metodologia

- O programa será desenvolvido através de aulas expositivas dialogadas e aulas de exercícios.
- Todas as aulas serão síncronas e realizadas de forma presencial, salvo resolução em contrário que determine a realização das atividades em modalidade híbrida/remota. Nesse caso será utilizada a ferramenta BBB Moodle.
- Toda semana serão disponibilizados atendimentos individuais aos alunos. O agendamento dos horários deve ser realizado com o professor via e-mail institucional e terá duração de 15 minutos. Os períodos para agendamento de atendimento são: quartas-feiras, quintas-feiras e sextas-feiras, das 16hrs às 18:40hrs. Excepcionalmente poderão ser agendados atendimentos em dias e horários diferentes;
- O atendimento também poderá ser realizado sem agendamento prévio, nas quartas, quintas e sextas-feiras, das 18:00 às 18:40 horas.
- Todo o material necessário para o acompanhamento da disciplina será disponibilizado pelo professor via Moodle, não existindo, assim, a necessidade de os alunos terem os mesmos na forma física, exceto pela bibliografia abaixo, a qual se encontra disponível na biblioteca do curso.

Sistema de avaliação

- Trabalho 1, valendo 2,0 pontos;
- Prova 1, valerá 2,5 pontos;
- Trabalho 2, valendo 3,0 pontos;
- Prova 2, valerá 2,5 pontos.

Bibliografia básica

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. O capitalismo tardio. São Paulo: Editora Unesp, 2009. [Texto: Introdução + cap.2 A industrialização retardatária, 73-99].
GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS JR., M. A. S. R. T. Economia brasileira contemporânea. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Economia brasileira pós-estabilização: FHC e Lula (cap. 18).
ERBER, F. As convenções do Desenvolvimento no Governo Lula: um ensaio de economia política. Revista de economia política. vol.31 no.1 São Paulo Mar. 2011.
FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
LAFER, B. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

Bibliografia complementar

Plano de Ensino

LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira. Economia brasileira: fundamentos e atualidade. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Macroeconomia da estagnação: crítica da ortodoxia convencional no Brasil pós-1994. São Paulo: 34, 2007. Câmbio e poupança externa (cap.4). Substituição de poupanças (cap.5); (cap.7); Modelo Macroeconômico (cap.9).

CARNEIRO, D. D. & MONDIANO, E. Ajuste Externo e Desequilíbrio Interno: 1980-1984 In: ABREU, M. de P. (org.) A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana, 1889-1989. RJ. Editora Campus. 1992.

OREIRO, J. L; MARCONI, N. O novo-desenvolvimentismo e seus críticos. Cadernos do Desenvolvimento, v. 11, 2016.

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento da América Latina e seus principais problemas, Revista Brasileira de Economia, ano 3, no.3, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, setembro de 1949.

SINGER, A. Realinhamento, Ciclo Longo e Coalizões de Classe. Revista de Economia PUC-SP, ano 2, n. 4, jul./dez. 2010.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino. In: Revista brasileira de economia. Rio de Janeiro, n.3, v.54, jul./set. 2000.

MODIANO, E. (1992). A Ópera dos três Cruzados: 1985-1989: In: A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989. Marcelo de Paiva Abreu (org.) RJ. Editora Campus. (Capítulo 13).

BARBOSA FILHO, F. Holanda. A crise econômica de 2014/2017. Estudos Avançados. 2017, vol.31, n.89.

LISBOA, M. B; PESSOA, S. Crítica ao novo-desenvolvimentismo. Cadernos do Desenvolvimento, v. 11, 2016.

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:

I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;

II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);

III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública	
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI	
Disciplina: Estatística	Código: 2ESTATI
Carga horária: 72	Período letivo: 2023/2
Professor: DIEGO ALEX MAYER	Contato: diegoalexmayer@yahoo.com.br

Ementa

Áreas de estudo da estatística. População e Amostra. Distribuição de frequências. Representações gráficas. Medidas de tendência e dispersão. Probabilidade. Análise Exploratória de Dados. Análise Bidimensional. Contingência. Dispersão. Correlação. Regressão. Séries Temporais. Testes de hipóteses. Números índices.

Objetivo geral

Desenvolver habilidades lógica-conceituais por meio da incursão sapiencial nos domínios da estatística, sobremaneira as competências de gerenciamento de dados e inferências observados à construção do conhecimento científico.

Objetivo específico

O acadêmico deverá ser capaz de:

- Analisar dados quantitativos e qualitativos
- Desenvolver senso crítico acerca de informações
- Realizar a coleta de dados
- Ser capaz de aplicar os conceitos da estatística em situações cotidianas

Conteúdo programático

1. INTRODUÇÃO À ESTATÍSTICA
1.1. Áreas de estudo
1.2. Conceitos iniciais relacionados à estatística (população e amostra)
1.3. Distribuições de frequências e apresentações em tabelas e gráficos

2. ESTATÍSTICA DESCRITIVA
2.1. Medidas de tendência central
2.2. Medidas separatrizes
2.3. Medidas de dispersão

3. PROBABILIDADE
3.1. Conceitos básicos de probabilidade
3.2. Teoria da Contagem
3.3. Regras da adição e da multiplicação
3.4. Probabilidade condicional e independência
3.5. Teorema da probabilidade total
3.6. Teorema de Bayes

4. DISTRIBUIÇÕES
4.1. Variáveis aleatórias discretas
4.2. Distribuições de probabilidade discretas

Plano de Ensino

4.3. Variáveis aleatórias contínuas
4.4. Distribuições de probabilidade contínuas

5. ESTIMAÇÃO E INTERVALOS DE CONFIANÇA
5.1. Conceito de parâmetros e estatística
5.2. Distribuição da média amostral
5.3. Intervalo de confiança para a média e proporção
5.4. Tamanho da amostra

6. TESTES DE HIPÓTESES
6.1. Conceitos básicos
6.2. Tipos de erro
6.3. Abordagem clássica
6.4. Testes unilaterais e bilaterais
6.5. Aplicação de testes estatísticos (Testes para média, proporção e variância)

7. REGRESSÃO E CORRELAÇÃO
7.1. Diagramas de dispersão
7.2. Coeficiente de correlação linear de Pearson
7.3. Regressão linear simples

Metodologia

Serão ministradas aulas expositivas e dialogadas, com resolução de exercícios em sala de aula. Além disso, também serão utilizados softwares computacionais como o Rstudio e Excel, para aplicação dos conteúdos estudados.

Sistema de avaliação

O aluno será avaliado através de três avaliações individuais que serão realizadas ao longo do semestre letivo. Será calculada a média aritmética das notas obtidas nas avaliações (utilizando os pesos determinados). Será considerado aprovado o aluno que tiver, além da frequência suficiente, média maior ou igual a 7,0.

Bibliografia básica

BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. Estatística básica. São Paulo: Editora Atual, 2002.
MCCLAVE, James T.; BENSON, P. George; SINCICH, Terry. Estatística para administração e economia. Traduzido por Fabrício Pereira Soares e Fernando Sampaio Filho. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.
LARSON, Ron; FARBER, Bruce H. Estatística aplicada. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

Bibliografia complementar

LEVINE, David. M.; BERENSON, Mark L.; STEPHAN, David. Estatística: teoria e aplicações (usando o Microsoft Excel em português). Rio de Janeiro: LTCeditora, 2000.
SPIEGEL, Murray R.; SCHILLER, John J.; SRINIVASAN. Probabilidade e estatística. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

Plano de Ensino

FONSECA, J. S. da., MARTINS, G. de A. Curso de estatística. São Paulo: Atlas, 1995.

FREUND, J. E.; SIMON, G. A. Estatística Aplicada: economia, administração e contabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2000.

KAZMIER, L. J. Estatística aplicada à economia e administração. São Paulo: McGraw-Hill, 1982.

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:

I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;

II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);

III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública	
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI	
Disciplina: Finanças Públicas	Código: 2FINPUB
Carga horária: 72	Período letivo: 2023/2
Professor: RENATA WANDROSKI PERIS	Contato:

Ementa

Finanças públicas: teorias, conceitos, evolução. Finanças públicas no Brasil. Política fiscal, atividade econômica e finanças públicas. Tributação e gasto público. Necessidade de financiamento do setor público, déficits e dívida pública. Política fiscal e distribuição de renda. Reforma tributária e federalismo. Finanças pública locais. Política fiscal nos estados e municípios.

Objetivo geral

Compreender a necessidade e evolução da intervenção do Estado na economia sob a ótica da política fiscal e do orçamento público.

Objetivo específico

- Compreender as diferentes teorias e argumentos científicos favoráveis e contrários à intervenção do Estado na economia.
- Conhecer os fundamentos que embasam a política fiscal e a provisão de bens públicos.
- Entender o modo como a política fiscal interage com o orçamento público.
- Compreender a evolução histórica das formas e instrumentos de intervenção do estado na economia brasileira.
- Conhecer a estrutura de receitas e despesas orçamentárias do estado.
- Analisar a evolução histórica dos instrumentos de arrecadação tributária do estado brasileiro. Conhecer e compreender o modo como surgiram os instrumentos de acompanhamento do orçamento público.
- Compreender as limitações e imbricações acarretadas pela composição atual do sistema tributário nacional.
- Conhecer as reformas realizadas a partir da década de 1990 e o modo como elas contribuíram para a geração de um ambiente de maior estabilidade fiscal.
- Conhecer, ordenar, debater e analisar a situação atual das finanças públicas federais estaduais e municipais.
- Conhecer e debater a situação atual das finanças públicas nacionais, interpretações e possíveis caminhos futuros.

Conteúdo programático

I- INTRODUÇÃO AO ESTUDO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

- 1.1 - A lei da oferta e a lei da demanda
- 1.2 - O equilíbrio de mercado e o estado como gerador de perda de bem estar.

II - A TEORIA DE FINANÇAS PÚBLICAS E A NECESSIDADE DO ESTADO

- 2.1 - As falhas de mercado e a necessidade de intervenção do estado
- 2.2 - O problema dos bens públicos e a necessidade do estado para a geração de bem estar social
- 2.3 - Teorias sobre a evolução dos gastos públicos

III - AS FUNÇÕES DO ESTADO MODERNO E AS DIFERENTES FORMAS DE ATUAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

- 3.1 - As funções do estado
- 3.2 - O estado nacional-desenvolvimentista e as especificidades de atuação do estado em território nacional
- 3.3 - Evolução histórica das formas de atuação do estado nacional desenvolvimentista

IV - EVOLUÇÃO DOS GASTOS DO ESTADO E OS MODELOS MACROECONÔMICOS DE DESENVOLVIMENTO

- 4.1 - A evolução dos gastos do estado e as diferentes teorias que buscam explicar o seu comportamento
- 4.2 - Modelo de desenvolvimento e crescimento dos gastos

Plano de Ensino

V - TRIBUTAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO DOS TRIBUTOS, INCIDÊNCIA, CLASSIFICAÇÃO DOS DÉFICITS PÚBLICOS E EVOLUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA

5.1 - Formas de financiamento do déficit público e princípios de tributação

5.2 - Classificação dos tributos e incidência

5.3 - Conceitos de Déficit público e evolução da tributação no Brasil

VI - AJUSTE FISCAL E PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

6.1 - Planejamento orçamentário

6.2 - Ajuste fiscal e as reformas recentes do sistema tributário

6.3 - Evolução da carga tributária e as limitações do sistema tributário nacional

VII - FEDERALISMO, FINANÇAS PÚBLICAS LOCAIS E FINANÇAS PÚBLICAS NA ATUALIDADE

7.1 - Federalismo, finanças públicas locais e os entraves à reforma tributária

7.2 - As finanças públicas recentes e os diferentes diagnósticos e caminhos possíveis

Metodologia

- O programa será desenvolvido por meio de aulas expositivas dialogadas presenciais e exercícios.

- Todo o material necessário para o acompanhamento da disciplina será disponibilizado pelo professor via Moodle, não sendo necessário que os alunos tenham versão física do material.

Sistema de avaliação

AVALIAÇÃO:

Prova 1: Peso: 2,5 pontos. Conteúdo: falhas de mercado, bens públicos e evolução dos gastos públicos.

Prova 2: Peso: 2,5 pontos. Conteúdo: Orçamento, tributação e evolução das finanças públicas.

Prova 3: Peso: 2,5 pontos. Conteúdo: prova prática no Excel sobre a evolução de indicadores financeiros municipais.

Trabalho 1: Peso: 1,0 ponto. Data de Entrega: 27/09/2023.

Trabalho 2: Peso: 1,5 ponto. Data de Entrega: 06/12/2023.

Bibliografia básica

RIANI, Flávio. Economia do Setor Público: Uma abordagem introdutória. São Paulo, Atlas, 2002.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia de. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. 7ª tiragem. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

REZENDE, Fernando; Finanças Públicas; Ed. Atlas: São Paulo, 2001

Bibliografia complementar

Brasil. Lei Complementar nº 101, de 25/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br>.

Brasil. Lei nº 4.320, de 17/03/1964. Disponível em: <http://www.senado.gov.br>.

MUSGRAVE & MUSGRAVE. Finanças públicas: teoria e prática. São Paulo: Campus, 1980.

SILVA, Fernando Resende da. Finanças públicas: São Paulo: Atlas, 2001.

Plano de Ensino

LISBOA, M. B; PESSOA, S. Crítica ao novo-desenvolvimentismo. Cadernos do Desenvolvimento, v. 11, 2016.
<http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/11>

Pessoa, Lisboa, Oreiro e Marconi. Cadernos do Desenvolvimento, v. 11, 2016.
<http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/12>

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:

I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;

II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);

III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública	
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI	
Disciplina: Liderança e Formação de Redes na Governança Pública	Código: 4FIFORM
Carga horária: 72	Período letivo: 2023/2
Professor: CAROLINA KLEIN PADILHA	Contato: carolaki2008@gmail.com

Ementa

Principais conceitos sobre liderança e redes. Os diversos estudos sobre liderança. As tipologias de liderança. As semelhanças e diferenças entre liderança nas organizações formais públicas e na governança pública. A liderança transformadora e a governança pública. A Liderança e as redes que produzem o serviço público em sistemas de governança pública. As teorias de redes. Estrutura, funcionamento e propriedades das redes. Desenvolvimento de Redes Sociais. Métodos e técnicas da análise de redes sociais. Democracia e cidadania na formação de redes sociais. A liderança de movimentos sociais. A reconceituação de cidadania e a emergência de espaços públicos e não estatais, As redes não formais na comunidade. A liderança e a formação de redes intermunicipais e estaduais. As parcerias e consórcios. Redes sociais locais, regionais no Brasil e na América Latina

Objetivo geral

Compreender os aspectos fundamentais e avançados sobre liderança e formação de Redes na Governança Pública

Objetivo específico

- Conhecer os principais conceitos de rede, liderança, governança pública e tipologias de liderança;
- Compreender na prática, por meio de leitura de textos e estudos de caso, a relação entre liderança e a formação de redes na governança pública;
- Entender governança em redes, estrutura de redes, teorias de redes e redes sociais;
- Discutir sobre democracia e cidadania na formação de redes sociais e a liderança de movimentos sociais
- Analisar a liderança na perspectiva da formação de redes intermunicipais e estaduais e das parcerias e consórcios,
- Conhecer as principais redes sociais locais, regionais no Brasil e na América Latina

Conteúdo programático

Liderança, tipologias na sociologia e psicologia social.

Liderança na gestão pública e organizacional.

Redes sociais e liderança.

Técnicas de análise de redes.

Metodologia

Plano de Ensino

?O programa será desenvolvido através de aulas expositivas dialogadas e aulas de exercícios;

-?Toda semana serão disponibilizados atendimentos individualizados aos alunos via Microsoft Moodle ou vídeo chamada no Whatsapp. O agendamento dos horários deve ser realizado com o professor via Whatsapp, e os mesmos terão duração de 15 minutos.

-?Todo o material necessário para o acompanhamento da disciplina será disponibilizado pelo professor via Moodle, inclusive com arquivos dos capítulos dos livros digitalizados, não necessitando, assim, a necessidade de os alunos terem os mesmos na forma física. Esses materiais serão disponibilizados semanalmente.

Sistema de avaliação

A composição da nota final e as avaliações serão feitas através dos seguintes procedimentos:

Prova = 30% da nota

Seminário de liderança = 30% da nota

Trabalho de redes = 30%

Atividades em classe e extraclasse = 10% da nota

Bibliografia básica

BAKER, WAYNE E. The Network Organization In Theory and Practice. In Networks and Organizations: Structure, Form, and Action. Ed. NOHRIA, NITIN & ECCLES, ROBERT G. Boston:Harvard Business School Press.1992 p.327-429
CASSIOLATO, José E. LASTRES, Helena M.M. (Coords) Arranjos Produtivos Locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

Bibliografia complementar

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais. 3a. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
TEIXEIRA, Francisco (Org). Gestão de redes de cooperação interempresariais. São Paulo: Casa da Qualidade, 2004.
WHEATLEY, Margaret J. Liderança e a nova ciência: aprendendo organização com um universo ordenado. São Paulo: Cultrix, 1999.
CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
MEYER-STAMER, Jörg. Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, políticas de localização e competitividade sistêmica. Fundação Friedrich Ebert Stiftung. Policy Paper, n. 28, Set, São Paulo, 2001.
BERGAMINI, Cecília Whitaker. O líder eficaz. Atlas, 2002.
DENHARDT, Robert. B.; DENHARDT, Janet. V.The new public service: serving, not steering. New York: Armonk, 2007
GOLDSMITH, S.; EGGERS, W. D. Governar em rede: o novo formato do setor público. Brasília: ENAP, 2006.
SCHWELLA, Erwin. Inovação no governo e no setor público: desafios e implicações para a liderança. Revista do Serviço Público, v. 56, n. 3, p. 259, 2005.

Plano de Ensino

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:

I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;

II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);

III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública	
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI	
Disciplina: Metodologia Científica e da Pesquisa	Código: 2METCIE
Carga horária: 36	Período letivo: 2023/2
Professor: CAROLINA KLEIN PADILHA	Contato: carolaki2008@gmail.com

Ementa

A Pesquisa científica e a produção de conhecimento científico. Relevância da pesquisa científica. A pesquisa científica em cursos de Administração: abordagens, tipos e orientações metodológicas. O projeto de pesquisa: tipos e as etapas para elaboração, desenvolvimento, análise e apresentação dos resultados. Informática e Internet como instrumentos da pesquisa científica. Fontes de financiamento de projetos de pesquisa.

Objetivo geral

Desenvolver conhecimentos abrangendo os elementos de Metodologia da Pesquisa, como também, desenvolver o pensamento e a produção escrita acadêmico-científica e despertar a ação investigativa.

Objetivo específico

- Compreender os conceitos e finalidades de ciência e método, assim como, a interação entre ambos.
- Conhecer as diferentes modalidades de pesquisa científica e suas formas de publicação.
- Analisar os diferentes formatos de citações e referências bibliográficas de acordo com a ABNT, para uso em pesquisas científicas.
- Compreender e desenvolver a estrutura do projeto de pesquisa.

Conteúdo programático

Unidade I - Ciência e Método

1. Conceitos Básicos.
2. Método Dedutivo e Método Indutivo.

Unidade II - Pesquisas científicas

1. Trabalho de Conclusão de Curso, Dissertação, Tese, Artigo Científico.

Unidade III - Citações e Referências

1. Tipos de Citações.
2. Referências.

Unidade IV - Estrutura do Projeto de Pesquisa

1. Introdução.
2. Fundamentação Teórica.
3. Tipos de Pesquisa.
4. Análise de Dados.
5. Conclusão.

Metodologia

Plano de Ensino

No desenvolvimento da programação, utilizaremos uma combinação de técnicas de ensino, enfatizando a participação dos alunos:

Aulas expositivas e dialogadas.

Leitura dirigida de material bibliográfico designado previamente.

Análise de materiais audiovisuais.

Grupos de discussão sobre as temáticas da aula.

Seminários, trabalhos individuais e em grupos.

Exercícios de fixação em sala de aula.

Sistema de avaliação

60% = Duas provas (cada uma representa 30% da nota final)

40% = Projeto de pesquisa

Bibliografia básica

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p. ISBN 9788522458233.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2015. 277 p. ISBN 9788522451524.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 247 p. ISBN 9788522455683.

Bibliografia complementar

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 158 p. ISBN 9788522452927.

BELL, Judith. Projeto de Pesquisa: Guia para Pesquisadores Iniciantes em Educação, Saúde e Ciências Sociais. Porto Alegre: Artmed, 2008.

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 182 p. ISBN 9788532618047.

MENDES, Fábio Ribeiro. Iniciação científica para jovens pesquisadores. Porto Alegre: Autonomia, 2012. 118 p. ISBN 9788565717007.

RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 144 p. ISBN 8532600271

SECAF, Victoria. Artigo científico: do desafio à conquista. 5. ed., rev. e atual. São Paulo: Atheneu, 2010. 138 p. ISBN 9788538801320.

Plano de Ensino

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:

I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;

II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);

III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública	
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI	
Disciplina: Orçamento Público para a Governança Pública Municipal e	Código: 3ORCPUB
Carga horária: 72	Período letivo: 2023/2
Professor: RENATA WANDROSKI PERIS	Contato:

Ementa

Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Processo orçamentário como instrumento de planejamento: relação entre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária (LOA). O ciclo orçamentário. Elaboração do orçamento. Execução orçamentária e financeira: Controle da execução orçamentária: Controle Interno e Externo. Créditos adicionais. Gestão democrática de alocação de recursos: orçamento participativo nos municípios. Lei de Responsabilidade Fiscal aplicada à administração municipal.

Objetivo geral

Reconhecer a importância do Orçamento Público para Governança Pública e entender seu funcionamento.

Objetivo específico

O conteúdo oferecido visa que o aluno aprenda:

1. Sobre os conceitos e princípios do orçamento público;
2. Sobre os principais instrumentos utilizados na elaboração e controle do Orçamento Público;
3. A relação entre Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária (LOA);
4. O funcionamento do ciclo orçamentário.

Conteúdo programático

Unidade I - Fundamentos e princípios orçamentários

- 1.1. Conceitos de Orçamento Público;
- 1.2. Princípios Orçamentários.

Unidade II - Aspectos constitucionais do orçamento e o processo orçamentário como instrumento de planejamento

- 2.1. Plano Plurianual (PPA);
- 2.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
- 2.3. Lei Orçamentária Anual (LOA);
- 2.4. Ciclo Orçamentário.

Unidade III - Elaboração do orçamento

- 3.1. Classificação das despesas;
- 3.2. Classificação das receitas.

Unidade IV - Execução orçamentária e financeira

- 4.1. Estágios da receita;
- 4.2. Estágios da despesa;
- 4.3. Restos a pagar e despesas de exercícios anteriores;
- 4.4. Créditos adicionais;

Plano de Ensino

4.5. Recursos ordinários e vinculados.

Unidade V - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

- 5.1. Finalidades e estrutura da LRF;
- 5.2. Receita Corrente Líquida;
- 5.3. Resultado Primário e Resultado Nominal;
- 5.4. Principais limites, indicadores e vedações da LRF.

Unidade VI - Controle Interno e Externo

- 6.1. Conceitos de Controle Interno e Externo;
- 6.2. Principais funções do Controlador;
- 6.3. O Tribunal de Contas no controle das contas públicas.

Unidade VII - Gestão democrática de alocação de recursos: orçamento participativo nos municípios

Metodologia

O programa será desenvolvido por meio de:

- aulas expositivas;
- exercícios;
- leituras extra sala;
- demais atividades em sala e extra sala.

Sistema de avaliação

- Nota 1: Prova escrita, individual e sem consulta - Peso de 25% na média da disciplina; Conteúdo: Unidades I e II - Data: 18/09/2023
- Nota 2: Trabalhos (14/08) e dia 25/09/2023 - EAD - Peso de 25% na média da disciplina.
- Nota 3: Prova escrita, individual e sem consulta - Peso de 25% na média da disciplina. Conteúdo: Unidades III e IV - Data: 30/10/2023
- Nota 4: Prova escrita, individual e sem consulta - Peso de 25% na média da disciplina. Conteúdo: Unidades V, VI e VII - Data: 05/12/2023 (marcar próximo da data)

Bibliografia básica

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17/03/1964. Disponível em: <http://www.senado.gov.br>

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 9 ed. 2021. Disponível em: [/www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)

BRASIL. Manual Técnico de Orçamento - MTO-02. Brasília: MPOG/SOF, 2010.
http://www.orcamentofederal.gov.br/informacoesorcamentarias/manual-tecnico/mto_2016_1aeducacao-200515.pdf

GIACOMONI, James. Orçamento público. Ed. Atlas, 2013.

Plano de Ensino

Bibliografia complementar

ANDRADE, Nilton de Aquino et al. Planejamento Governamental para Municípios: Plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br>.

GIMENE, M.; COUTO, L.F. Planejamento e orçamento público no Brasil. Brasília: Enap, 2017.

BRASIL. Lei Complementar n. 101, de 25/05/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal. Disponível em <http://www.senado.gov.br>.

PISCITELLI, R. B.; TIMBÓ, M.Z.F. Contabilidade Pública: Uma abordagem da administração financeira pública. 10 Ed. São Paulo, 2009.

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:

I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;

II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);

III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública	
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI	
Disciplina: Planejamento e Alocação de Recursos em Governança	Código: 3PLAREC
Carga horária: 72	Período letivo: 2023/2
Professor: LUIZ RICARDO DE SOUZA	Contato: luiz.souza@udesc.br

Ementa

Planejamento e políticas públicas. Evolução do Planejamento no Brasil. Planejamento de órgãos públicos. Dimensão estratégica e operacional do planejamento público em sistemas de governança pública. Teorias e modelos de planejamento governamental. Avaliação e acompanhamento como parte do processo de planejamento. Construção de indicadores de monitoramento e avaliação. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento. Planejamento governamental no Brasil contemporâneo. Concepção, estrutura e sistema do PPA. Engajamento democrático. Metodologias de planejamento participativo em governança pública.

Objetivo geral

Aprofundar o nível de informação dos estudantes sobre os conceitos e práticas relacionadas ao planejamento e alocação de recursos em governança pública e sua importância para gestores de serviços públicos.

Objetivo específico

1. Discutir os conceitos de planejamento público
2. Descrever estratégias e metodologias de planejamento e monitoramento de políticas públicas
3. Analisar as iniciativas de planejamento público nos níveis federais, estaduais e municipais
4. Relacionar experiências internacionais de planejamento público

Conteúdo programático

- 4.1. O conceito de planejamento. Metodologias de planejamento;
- 4.2. Introdução ao Conceito de Política Pública;
- 4.3. O pensamento estratégico aplicado à gestão governamental contemporânea;
- 4.4. Instrumentos de planejamento público (PPA, LDO, planos setoriais etc.);
- 4.5. Monitoramento de políticas públicas;
- 4.6. Planejamento Participativo;

Metodologia

No desenvolvimento da programação é utilizada uma combinação de técnicas de ensino, dentre as quais se destacam: aulas expositivas e dialogadas, com apoio de textos, slides e vídeos. Estudos de casos e exercícios realizados pelos participantes, individualmente ou em grupos. Serão utilizadas diversas leituras como fator de estímulo ao aprendizado. Também, os instrumentos que a informática oferece serão amplamente utilizados. A metodologia utilizada enfatiza a participação ativa dos alunos.

Sistema de avaliação

Plano de Ensino

- Serão realizadas 2 avaliações. Cada uma delas corresponderá a 20% da nota final, totalizando 40%.
- Serão realizados 2 trabalhos. Cada uma delas corresponderá a 30% da nota final, totalizando 60%.

Bibliografia básica

FISCHMANN, Adalberto A.; ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. Planejamento estratégico na prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, c1991. 164 p.
PEREZ, Marcos Augusto. A administração pública democrática: institutos de participação popular na administração pública. Belo Horizonte: Fórum, 2004. 245p
REZENDE, Denis Alcides; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. Planejamento estratégico municipal: empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006. 123 p.

Bibliografia complementar

ARTMANN, E. O Planejamento Estratégico Situacional no Nível Local: um Instrumento a Favor da Visão Multissetorial. Cadernos da Oficina Social 3. Rio de Janeiro: Fiocruz fev/2000. p.98-119
CARDOSO Jr. José Celso (ORG). A reinvenção do planejamento governamental no Brasil / organizador - Brasília : Ipea, 2011.
CARVALHO, Horácio Martins de. Introdução a teoria do planejamento. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979. 176p
GANDIN, D. A posição do planejamento estratégico entre as ferramentas de intervenção na realidade. Currículo sem Fronteiras 2001; 1:81-95
GANDIN, Danilo. A prática do planejamento participativo na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 182 p. ISBN 9788532613158.
LAFFER, Betty Mindlin. Planejamento no Brasil. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1975. 187 p.
MATOS, C. O plano como aposta. São Paulo em perspectiva. p. 28 - 42. Out. Dez, 1991
REZENDE, D. Plano diretor e planejamento estratégico municipal: introdução teórico-conceitual. Rev. Adm. Pública vol.41 no.2 Rio de Janeiro Mar./Apr. 2007
REZENDE, D. Planejamento Estratégico público ou privado: guia para projetos em organização de governo ou negócios. São Paulo: Atlas, 2012.
RIBEIRO, R., BLANCHERIE, A. Construindo o Planejamento Público: buscando a integração entre política, gestão e participação popular. São Paulo, Atlas, 2013.
SANTOS, Ailton Dias dos. Metodologias participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais. São Paulo: Ed. Fundação Peiropólis, 2005. 186 p

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:

- I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
- II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
- III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública	
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI	
Disciplina: Relações Interinstitucionais na Governança Pública	Código: 2RIGPUB
Carga horária: 36	Período letivo: 2023/2
Professor: CAROLINA KLEIN PADILHA	Contato: carolaki2008@gmail.com

Ementa

Conceitos básicos. As relações interinstitucionais como estratégia de governança pública. As relações interinstitucionais, a coordenação e a liderança de redes de produção dos serviços públicos. O poder e o simbólico na liderança e nas relações interinstitucionais. As estratégias nas relações interinstitucionais públicas, privadas e do terceiro setor. A comunidade, o interesse público e as relações interinstitucionais no nível local e regional. As relações interinstitucionais nas diversas esferas de poder público e a governança pública. Relações interinstitucionais formais nos três níveis do governo brasileiro.

Objetivo geral

Discutir os fundamentos, a trajetória histórica e as manifestações contemporâneas das relações interinstitucionais na administração pública brasileira.

Objetivo específico

- Contextualizar as relações formais entre os diferentes poderes e esferas de governo;
- Reconhecer as relações interinstitucionais como oportunidades e estratégia de governança pública;
- Compreender as relações interinstitucionais públicas, privadas e do terceiro setor sob a ótica da governança pública;
- Analisar e compreender as relações interinstitucionais em redes de produção de serviços públicos.

Conteúdo programático

Unidade I - Relações interinstitucionais formais

1. Conceitos básicos.
2. Relações interinstitucionais formais nos três níveis do governo brasileiro.
3. As relações interinstitucionais nas diversas esferas do poder público e a governança pública.

Unidade II - Relações interinstitucionais e governança pública

4. As relações interinstitucionais como estratégia de governança pública.
5. As relações interinstitucionais e a coordenação de redes multicêntricas.
6. A comunidade e as relações interinstitucionais no nível local e regional.

Metodologia

No desenvolvimento da programação, utilizaremos uma combinação de técnicas de ensino, enfatizando a participação dos alunos:

- Aulas expositivas e dialogadas.
- Leitura dirigida de material bibliográfico designado previamente.
- Análise de materiais audiovisuais.
- Discussão e leitura de fontes contemporâneas (entrevistas e notícias).

Plano de Ensino

Grupos de discussão sobre as temáticas da aula.
Seminários, trabalhos individuais e em grupos.
Exercícios de fixação em sala de aula.

Sistema de avaliação

A composição da nota final e as avaliações serão feitas através dos seguintes procedimentos:
- 50% = Duas provas (cada uma representa 25% da nota final)
- 40% = Trabalhos
- 10% = Atividades

Bibliografia básica

COSTA, V. Federalismo. IN: AVELAR, L., CINTRA, A. O. (Org.). Sistema Político Brasileiro: uma introdução. 2.ed. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007.
BOBBIO, N. Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: 1988. 11. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1999.
FLEISCHER, D. V. Intergovernmental Relations in Brazil: recurring problems and attempted solutions. In: School of Government. (ORG) Intergovernmental Relations: An International Comparative Survey. Capetown: University of West Capes & NDI, 1997.
MILLS, W. C. A elite do poder. Rio de Janeiro, 1962.
RAMOS, A. G. A Nova Ciência das Organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1981.
SUMYA, L. A., FRANZESE, C. Relações Intergovernamentais: O Fundef e a municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo. Anais do Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, p. 1-16, 2004.

Bibliografia complementar

ANDRADE, J. A. Redes de Atores: Uma nova forma de gestão das políticas públicas no Brasil? Gestão & Regionalidade. ed. 64. mai-ago/2006.
BAGGIO, R. C. Federalismo no Contexto da Nova Ordem Global: perspectivas de (re)formulação da federação brasileira. Curitiba: Juruá, 2006.
COSTA, V. Federalismo. IN: AVELAR, L., CINTRA, A. O. (Org.). Sistema Político Brasileiro: uma introdução. 2.ed. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007. (p. 211-223).
DIAS, T., CARIO, S. A. F. Uma década do marco institucional-legal do modelo de gestão descentralizada em Santa Catarina: sinais de governança pública? IN: ESTEVAM, D. O., LINS, H. N. (org.). A descentralização das ações públicas em debate: Contornos da problemática e experiências catarinenses. Florianópolis: Insular, 2016.
GAETANI, Francisco. As políticas de gestão e os desafios da coordenação. IN: OLIVEIRA (org.). Política de Gestão Pública Integrada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
HENRICH, Joanni Aparecida. Governança multinível para o desenvolvimento regional: um estudo de caso do Consórcio Intermunicipal da Fronteira. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
KISSLER, L., HEIDEMANN, F. G. Governança Pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, 0 25-48, 2012.
LOPES, F. D., BALDI, M. Redes como perspectiva de análise e como estrutura de governança: uma análise das diferentes contribuições. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v. 42, n.5, p. 1007-1035, 2009.
MACHADO, M. M.; SOARES, J. A. Federalismo e políticas públicas. Brasília: ENAP, 2018.
OLIVEIRA, C. W. et al (org.). Arranjos produtivos locais e desenvolvimento. Rio de Janeiro: IPEA, 2017.
PEREZ, M. A. A Administração pública democrática: institutos de participação popular na administração pública. Belo Horizonte: Fórum, 2004.
PETER, G.; PIERRE, J. Administração pública: coletânea. Brasília: ENAP, 2010
RADIN, B. A. Os instrumentos da gestão intergovernamental IN: PETERS, G., PIERRE, J. (org.) Administração Pública: Coletânea. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: ENAP, 2010.

Plano de Ensino

STRELEC, Thamara Caroline; COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. Cooperação intergovernamental: classificação, características e formatos à luz da experiência brasileira. Revista Iberoamericana de Estudios Municipales, n. 14, p. 37-62, 2016.
TATAGIBA, L.; DAGNINO, E. (orgs.). Democracia, Sociedade Civil e Participação. Chapecó: Argos, 2007.
XAVIER, T. et al. Desenvolvimento Regional: uma análise sobre a estrutura de um consórcio intermunicipal. Revista de Administração Pública, v. 47, n. 4, p. 1041-1066, 2013.

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:

- I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
- II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
- III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública	
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI	
Disciplina: Sociologia	Código: 1SOCIOLOGIA
Carga horária: 72	Período letivo: 2023/2
Professor: SAMIRA KAUCHAKJE	Contato: skauchakje@gmail.com

Ementa

A emergência da sociologia e seus antecedentes; conceitos básicos de sociologia; as relações entre sociologia geral e outras disciplinas; as teorias sociológicas; a crise da sociologia ocidental; autores clássicos da sociologia e a sua importância para o estudo da administração pública e governança; o método da redução sociológica, o fato social e a ação administrativa; a visão de autores contemporâneos de sociologia sobre as relações entre estado, sociedade e comunidade.

Objetivo geral

Introduzir e debater conceitos fundamentais da sociologia, enfatizando uma compreensão mais profunda do conceito de sociedade suas implicações, especialmente àquelas relacionada à importância das organizações para a vida social. Vincular tais discussões com a problematização do profissional de Administração Pública e suas relações com moral, economia, tecnologia, Estado e sociedade, aumentando o conhecimento sobre o tema e instigando o raciocínio crítico dos alunos.

Objetivo específico

Aprofundamento em algumas questões sociológicas de maneira pluralista, na medida em que os objetos e temas de destaques a serem aprofundados contam com a interatividade docente/discente.
Discutir perspectivas teóricas desafiadoras na área de interseção entre comunidade, sociedade e política tais como: a) ideologia política, partidos políticos, eleições, representação política, regimes autoritários e democráticos, formação do Estado e, b) desigualdades sociais; imigração, movimentos sociais e participação, por exemplo.

Conteúdo programático

UNIDADE I - Sociologia Política: estruturas conceituais e relação entre fatores político-institucionais e societais dos fenômenos políticos.

1.1 Partidos políticos e sistemas partidários

1.2 Eleições e sistemas eleitorais

1.3 Forma (sistema) de governo

1.4 Forma do Estado

1.5 Regimes políticos

Plano de Ensino

1.6 Política e Burocracia pública

UNIDADE II - Teorias políticas clássicas e contemporâneas do Poder político e do Estado

2.1 Teorias políticas Elitista e pluralista

2.2 Teorias políticas do Estado Marxista e neomarxista

2.3 Teoria política do Estado Funcionalista

2.4 Teorias Políticas do Estado weberiana e neoinstitucionalista

Metodologia

O programa será desenvolvido através de aulas expositivas dialogadas e aulas de leitura e fichamento de textos.
- Todas as aulas síncronas serão realizadas da seguinte forma: será apresentado uma aula expositiva elaborada pelo professor sobre o conteúdo da aula. Poderá ser interrompida caso algum aluno tenha dúvidas para maiores esclarecimentos.
- Todo o material necessário para o acompanhamento da disciplina será disponibilizado pelo professor via Moodle, inclusive com arquivos dos capítulos dos livros digitalizados, não necessitando, assim, a necessidade de os alunos terem os mesmos na forma física.

Sistema de avaliação

1. Resumos críticos individuais e Pesquisa em dupla. 2. Prova individual

Bibliografia básica

ARON, R. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
BERGER, Peter. Perspectivas sociológicas - uma visão Humanística. Editora Vozes, Petrópolis, 1994.
DIAS, Reinaldo. Fundamentos de Sociologia Geral, Ed. Alínea, 2011

Bibliografia complementar

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio O.. Sistema político brasileiro: uma introdução. Fundação Editora da UNESP, 2007.
MARX, Karl. Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1984.
DURKHEIM, Émile. Lições de sociologia. SP, Martins Fontes, 2002
WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Ed. da UNB, 2004. V. 1 poder e dominação; V.2 - A instituição estatal racional e os partidos políticos e parlamentos modernos

Plano de Ensino

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:

I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;

II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);

III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública	
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI	
Disciplina: Tecnologia Básica de Informação e de Comunicação na	Código: 1TICGOV
Carga horária: 72	Período letivo: 2023/2
Professor: RENATA WANDROSKI PERIS	Contato:

Ementa

Conceitos de infra-estrutura de tecnologia da informação e comunicação - tic. Utilização dos sistemas de apoio à aprendizagem. Sistemas de busca de informações científicas. Conceitos de sistemas operacionais. Uso de editores de textos aplicado à administração. Uso de planilhas de cálculo aplicadas à administração. Uso de softwares proprietários e abertos. Modelos de Governança de TI.

Objetivo geral

Capacitar os acadêmicos para aplicar os principais métodos e ferramentas de tecnologia da informação e comunicação no contexto organizacional na esfera pública.

Objetivo específico

- 1) Compreender o papel da tecnologia da informação e comunicação no contexto organizacional
- 2) Identificar as principais ferramentas de suporte às atividades de gestão como editores de texto e planilhas eletrônicas
- 3) Vivenciar e aplicar exercícios práticos sobre ferramentas estudadas no setor público.

Conteúdo programático

UNIDADE 1 - Introdução e Conceitos Gerais de TIC
1.1 Definição de Infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação
1.2 Exemplos de tecnologia da informação e comunicação na educação
1.3 Conceitos de sistemas operacionais
1.4 Modelos de Governança de TI

UNIDADE 2 - Sistemas de Apoio à Aprendizagem
2.1 Utilização dos sistemas de apoio à aprendizagem
2.2 Sistemas de busca de informações científicas
2.2.1 Realizar pesquisas em base de dados na web: base de dados da capes, Scielo, Google acadêmico

UNIDADE 3 - Ferramentas de edição de texto
3.1 Ferramentas básicas para uso de editores de textos aplicado à administração.
3.2 Formatação de trabalhos científicos
Formatação de quadros, tabelas e figuras
Títulos
Numeração de página
Quebra de página e seção
Sumário

Plano de Ensino

UNIDADE 4 - Sistemas Operacionais, Softwares e Bases de Dados

Conceitos de sistemas operacionais. Uso de softwares

4.1 Sistemas Operacionais e Comunicação

4.1.1 E-mail

4.1.2 Parecer técnico

4.2 Uso de planilhas de cálculo aplicadas à administração

4.2.1 Introdução ao Excel

4.2.2 Operações e Funções Básicas

4.2.3 Uso do Filtro

4.2.4 Análise de dados e construção de gráficos

4.2.5 Funções de Pesquisa e Referência (PROCV)

4.2.6 Funções lógicas (SE, E, OU)

4.3 Uso de softwares proprietários e abertos

4.3.1 SPSS

Metodologia

Aulas Expositivas e Práticas - Laboratório de Informática

Sistema de avaliação

Atividades - 30% da média da disciplina

Prova Parcial - 30% da média da disciplina: conteúdo referente aos conceitos teóricos - Unidade 1

Prova Final- 40% da nota: Unidades 2, 3 e 4

Bibliografia básica

GARFINKEL, Simson. Comércio & segurança na web - riscos, tecnologias e estratégia. São Paulo: Market Press, 1999.

LAUDON, K.C. e LAUDON J.P. Management information systems: organization and technology in the networked enterprise. 6 ed. New Jersey: Prentice Hall, 1999. 662p.

YOURDON, Eduard. Análise estruturada de sistemas. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

Bibliografia complementar

CARLBERG, Conrad. Administrando a Empresa com Excel. Editora Makron - 1ª ed. 2003.

CASTELLS, Manuel. A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2003.

LAUDON, Kenneth C.; Management Information Systems: Managing the Digital Firm (7th Edition). Prentice Hall, 2001.

HOLMES, Douglas. Egov: Ebusiness Strategies for Government. Addison-Wesley, 2001.

PRZEYBILOVICZ, Erico; CUNHA, Maria Alexandra; MEIRELLES, Fernando de Souza. O uso da tecnologia da informação e comunicação para caracterizar os municípios: quem são e o que precisam para desenvolver ações de governo eletrônico e smart city. Revista de Administração Pública, v. 52, p. 630-649, 2018.

RAMALHO, José Antônio Alves. Microsoft Office xp - teoria e prática. A informação na medida certa. Berkeley Brasil, 2001.

Plano de Ensino

TAKANO, Camila Cardoso; DA SILVA, Lucas Gonçalves. O constitucionalismo digital e as novas tecnologias da informação e comunicação (TIC). Revista de Direito, Governança e novas tecnologias, v. 6, n. 1, p. 1-15, 2020.

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:

I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;

II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);

III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública	
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI	
Disciplina: Teorias de Administração Pública	Código: 2TEAPUB
Carga horária: 72	Período letivo: 2023/2
Professor: DANILO JOSE ALANO MELO	Contato: danilo.melo@udesc.br

Ementa

A abrangência do campo e das teorias de administração pública. As diversas ciências que servem de base para a teorização da administração pública. Os pensadores que formam a base epistemológica para as diferentes abordagens da administração pública. A contribuição de Guerreiro Ramos para a teoria das organizações públicas. A dicotomia entre política e administração pública. O modelo ideal e sua relação com a realidade. O modelo dos negócios para a burocracia pública: a burocracia. O modelo racional de organização e as suas diversas teorias aplicadas à administração pública. A proposta da nova administração pública. O surgimento e declínio da nova gestão pública: o modelo de mercado. As grandes mudanças e o seu impacto na teoria da administração pública. A era da participação. O novo serviço público: o modelo político. Os desafios para a implantação do Novo Serviço Público. O profissional da administração pública e as perspectivas teóricas para a prática da administração pública.

Objetivo geral

Discutir as principais teorias de administração pública, seus principais fundamentos e autores, que servem como base epistemológica para os diferentes modelos de administração pública e para a governança pública.

Objetivo específico

- Conhecer as principais propostas teóricas de administração pública e seus fundamentos;
- Analisar as principais discussões e dicotomias do campo;
- Compreender historicamente os principais modelos, suas limitações e seus valores;
- Discutir a os paradigmas a partir do Brasil e a importância de autores brasileiros;
- Examinar os desafios de implantação do Novo Serviço Público;

Conteúdo programático

1. A abrangência do campo e das teorias de administração pública e as diversas ciências que servem de base para a teorização da administração pública;

2. A relação Estado-sociedade: Matriz Estadocêntrica versus Matriz Sociocêntrica;

3. Pensadores que formam a base epistemológica para as diferentes abordagens da administração pública;

4. Dicotomia entre política e administração pública: de Wilson a Waldo;

5. O modelo dos negócios e a Burocracia pública
a. Abordagem clássica;
b. Abordagem estruturalista;

Plano de Ensino

6. O modelo racional de organização
a. Abordagem comportamentalista
b. Abordagem sistêmica;

7. Humanismo organizacional e a proposta da Nova administração pública;

8. A Nova Gestão Pública (New Public Management) e a influência do mercado;

9. A contribuição de Guerreiro Ramos para a teoria das organizações
a. Redução sociológica;
b. Racionalidade instrumental e racionalidade substantiva;
c. Síndrome comportamentalista;
d. Paradigma paraeconômico e sociedade multicêntrica;

10. Reformas administrativas - do patrimonialismo à reforma gerencial

10. O Novo Serviço Público: o modelo político;
a. Desafios para implantação;

Metodologia

No desenvolvimento da programação é utilizada uma combinação de técnicas de ensino enfatizando a participação dos alunos:
? Aulas expositivas e dialogadas, com apoio de textos;
? Leituras prévias e grupos de discussão;
? Recursos multimídia serão, também, amplamente utilizados.
? Atividades em sala e no Moodle.

Sistema de avaliação

A avaliação será realizada através dos procedimentos abaixo:
- Atividades = 20% - somatório das atividades avaliativas realizadas ao longo do semestre, em sala de aula (datas serão publicadas com antecedência no ambiente virtual);
- Seminário/Jogos = 20% - Data prevista: 20/11;
- Prova 1 = 20% - Prova escrita aplicada sobre o conteúdo até aula 05. Data prevista: 04/09 (a confirmar);
- Prova 2 = 20% - Prova escrita aplicada sobre o conteúdo até aula 10. Data prevista: 09/10 (a confirmar)
- Prova 3 = 20% - Prova escrita aplicada ao final do semestre sobre todo o conteúdo. Data prevista 27/11 (a confirmar)

Bibliografia básica

ANDRADE, R. O. B.; AMBONI, N. Teoria geral da administração: das origens às perspectivas contemporâneas. São Paulo: Makron Books do Brasil, 2007.
DENHARDT, R.B. Teorias da Administração Pública. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
SALM, J. F.; MENEGASSO, M. E. Os modelos de administração pública como estratégias complementares para a coprodução

Plano de Ensino

do bem público. Revista de Ciências da Administração, v. 11, n. 25, p. 83-104, 2009.

Bibliografia complementar

- ABRUCIO, Fernando Luiz. O impacto do modelo gerencial na administração pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. Cadernos ENAP, 1997
- ANDION, C. Por uma nova interpretação das mudanças de paradigma na administração pública. Cadernos Ebape. BR, v.10, n. 1, p. 1-19, 2012.
- BRESSER PEREIRA. L. C.; SPINK, P. Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.
- COSTIN, Claudia. Administração Pública. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010
- COSTA, Frederico Lustosa da. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. Revista de Administração Pública, v. 42, n. 5, p. 829-874, 2008
- CARAVANTES, Geraldo R. Teoria Geral da Administração. Porto Alegre: Editora AGE. 1998.
- FADUL, E. M. C. et al. Ensaio de interpretação e estratégias para o campo da administração pública no Brasil. Revista de Administração Pública, v. 46, n. 6, p. 1437-1458, 2012.
- FARAH, Marta F. S.. Administração pública e políticas públicas. RAP. Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p.813-836, Maio/Jun. 2011.
- KETTL, D.F. A revolução global: reforma da administração do setor público. In: BRESSER PEREIRA. L. C.; SPINK, P. Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.
- KEINERT, Tania Margarete Mezzomo. Administração pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas. Annablume, 2000. MATIAS-PEREIRA, J. Curso de Administração Pública. São Paulo: Atlas, 2010.
- MATIAS-PEREIRA. J. Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2018.
- MORGAN, Gareth. Imagens da organização. São Paulo: Atlas, 2006.
- DE PAULA, Ana Paula Paes. Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea. FGV Editora, 2005.
- PECI, et al. Paradigmas orientadores da pesquisa em Administração Pública no contexto brasileiro XXXV ENANPAD, Anais... Rio de Janeiro, 2011.
- PIRES, Valdemir et al. Dossiê-Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. Administração Pública e Gestão Social, v. 6, n. 3, p. 110-126, 2014.
- PRESTES MOTTA, F.C. O que é burocracia. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- PRESTES MOTTA, F. C.; VASCONCELOS, I. F. G. Teoria geral da administração. 3. ed. rev. São Paulo: Thomson Learning, 2010.
- RAMOS, A. G. A Nova Ciência das Organizações. Rio de Janeiro: FGV, 1989.
- RAMOS, A. G. A Sociologia de Max Weber: sua importância para a teoria e a prática da administração. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 57, n.2, p. 267-282, 2006.
- SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. RAP - Rio de Janeiro, v.43, p.347-369, mar/abr, 2009.
- SERVA, Maurício. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. Revista de administração de empresas, v. 37, n. 2, p. 18-30, 1997.

Plano de Ensino

SILVA, V.C.; PASSADOR, C.S. A realidade brasileira e o campo da administração pública: interpretações e carências. Anais...V Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração. 2015

SOBRAL, Filipe; PECI, Alketa. Teorias da Administração. Pearson Prentice Hall, 2012

WALDO, D. O estudo da administração pública. Rio de Janeiro: USAID, 1964.

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:

I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;

II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);

III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: GVP - Administração Pública	
Departamento: CESFI-DGP - DEPARTAMENTO DE GOVERNANCA PUBLICA CESFI	
Disciplina: Fundamentos da Teoria Econômica	Código: 3FUNTEC
Carga horária: 72	Período letivo: 2023/2
Professor: RENATA WANDROSKI PERIS	Contato:

Ementa

Conceitos básicos da teoria econômica. Principais pensadores da teoria econômica. As teorias econômicas. A microeconomia. O mercado e os agentes econômicos. A lei da oferta e da demanda. A formação dos preços. Fundamentos da análise macroeconômica; Problemas macroeconômicos; Modelos macroeconômicos; Contabilidade Nacional; Determinantes da demanda e oferta agregada; Moeda, juros e renda; Economia Aberta; Política econômica; O papel do governo; Inflação. Ideologia Neoliberal, novos Keynesianos, terceiro setor e outros. Aspectos contemporâneos na economia.

Objetivo geral

Apresentar ao aluno os conceitos econômicos básicos;

Objetivo específico

- Aprender conceitos microeconômicos e macroeconômicos indispensáveis à gestão pública.
- Desenvolver habilidades matemáticas e de raciocínio econômico lógico;
- Tornar os alunos aptos à aplicação dos conceitos econômicos à administração pública para solução de problemas rotineiros.

Conteúdo programático

1. INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO ECONÔMICO
 - 1.1 Conceitos básicos da teoria econômica.
 - 1.2 Pensamento científico e formulação de teorias econômicas
 - 1.3 Principais pensadores da teoria econômica.
 - 1.4 As teorias econômicas.
2. CONCEITOS MICROECONÔMICOS BÁSICOS:
 - 2.1 Microeconomia: o mercado e os agentes econômicos.
 - 2.2 Microeconomia: A lei da oferta e da demanda.
 - 2.3 Microeconomia: A formação dos preços.
 - 2.4 Microeconomia: elasticidades
3. PENSAMENTO MACROECONÔMICO BÁSICO
 - 3.1 Problemas macroeconômicos;
 - 3.2 Modelos macroeconômicos;
 - 3.3 Contabilidade Nacional;
 - 3.4 Determinantes da demanda e oferta agregada
 - 3.5 Moeda, juros e renda
4. ASPECOS CONTEMPORÂNEOS DO PENSAMENTO ECONÔMICO
 - 4.1 Ideologia Neoliberal;
 - 4.2 Novos Keynesianos, terceiro setor e outros.
 - 4.3 Aspectos contemporâneos na economia.

Plano de Ensino

Metodologia

- O programa será desenvolvido através de aulas expositivas dialogadas presenciais e resolução de listas de exercícios.
- As aulas serão realizadas em modalidade presencial.
- Todo o material necessário para o acompanhamento da disciplina será disponibilizado pelo professor, via Moodle, inclusive com arquivos dos capítulos dos livros digitalizados, não necessitando, assim, de acesso na forma física, exceto pela bibliografia abaixo, a qual se encontra disponível na biblioteca do curso.

Sistema de avaliação

- Prova 1: 3,0 pontos - 29/09
- Trabalho 1: 2,0 pontos - 22/09
- Prova 2: 3,0 pontos - 01/12
- Trabalho 2: 2,0 pontos - entrega até 01/12

Tema do trabalho 1: explicar o princípio de equilíbrio de mercado e o que acontece em situações caracterizadas por excesso de oferta e demanda.

Tema do trabalho 2: tema a verificar.

Observação: Os trabalhos devem estar de acordo com as normas da ABNT, inclusive as referências bibliográficas, e ter no mínimo cinco páginas. O plágio será penalizado com nota zero.

Espaçamento entre linhas, 1,5;

Margens: 2,5.

Fonte: Times New Roman

Fonte: tamanho 12pt

Bibliografia básica

EQUIPE DE PROFESSORES DA USP. Manual de economia. São Paulo: Saraiva, 2011.
BLANCHARD, Olivier (2010). Macroeconomia, 5a. edição. Pearson Prentice Hall.

Bibliografia complementar

MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.
PINDYCK, Robert S, RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia. São Paulo: Pearson, 2006. 6 ed.
VARIAN, Hal R. Microeconomia: princípios básicos. Rio de Janeiro: Campus, 2006.
SANDRONI, Paulo. Novíssimo dicionário de economia. 14. ed. São Paulo: Best Seller, 2004.
HALL, Robert E, Lieberman, Marc. Microeconomia: princípios e aplicações. São Paulo: Pioneira, 2003.
STIGLITZ, Joseph E; WALSH, Carl E. Introdução à microeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. Economia: micro e macro. São Paulo: Editora Atlas, 2006.
FROYEN, Richard. Macroeconomia. 5ª edição. São Paulo: Saraiva, 2003.
HALL, Robert Ernest; LIEBERMAN, Marc. Macroeconomia: princípios e aplicações. Ed. Thomson Learning, 2003.

Plano de Ensino

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:

I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;

II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);

III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;